

Governo pede mais 90 dias ao Clube de Paris

O governo brasileiro pedirá, hoje, ao Clube de Paris, que reúne os países credores, uma prorrogação por três meses do início das negociações visando o reescalonamento do pagamento da dívida — principal e juros — a vencer no segundo semestre deste ano. Com esta incumbência viajou ontem à noite com destino a Paris o chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, embaixador Rubem Barbosa.

A negociação concluída em 19 de janeiro deste ano abrangeu os débitos vencidos em 1985 e 1986 e os que venceriam no primeiro semestre deste ano. Para as dívidas do segundo semestre ficou estabelecido que se voltaria a negociar até 30 de junho, tendo o Clube de Paris marcado a data de 20 de julho para decidir sobre a proposta brasileira.

PROBLEMAS

A solicitação do adiamento será sustentada com o argumento de que houve uma mudança da equipe econômica, com a saída de Dilon Funaro e a entrada de Bresser Pereira e, em consequência, um atraso na elaboração do plano de ajuste econômico que estava sendo preparado pelo Governo. O de Funaro foi abandonado e o de Bresser

está sendo montado, devendo ser conhecido dentro de duas semanas.

As idéias básicas do “plano de consistência macroeconômica”, contudo, serão antecipadas aos representantes dos governos credores em Paris, para demonstrar a preocupação do Governo com o ajuste interno da economia, uma condição estabelecida no ajuste de janeiro para o prosseguimento das negociações.

Há, contudo, duas outras condições, mais problemáticas: a primeira, um acordo com o Fundo Monetário Internacional — FMI — ou pelo menos uma avaliação positiva do “board” do Fundo ao programa econômico do Governo; a segunda, um acordo com os bancos privados. Como essas condições foram estabelecidas antes da moratória, a situação mudou radicalmente a partir de 20 de fevereiro, exigindo uma nova negociação em torno desses dois pontos.

BLOQUEIO

Da parte do Governo brasileiro também há queixas, e elas serão pelo menos afloradas durante os entendimentos que Rubem Barbosa mantiver, hoje e amanhã na capital francesa. A

principal queixa diz respeito à suspensão do fluxo de empréstimos externos pelas instituições oficiais de crédito, mesmo depois do acerto de 19 de janeiro no âmbito do Clube de Paris.

Os governos credores alegam que o bloqueio aos financiamentos decorre da não formalização dos acordos bilaterais, entre o Brasil e cada um de seus credores. Os credores alegam que o Banco Central não agilizou até agora as negociações, enquanto as autoridades brasileiras dizem que as contas apresentadas pelo governo brasileiro e pelos seus credores não batem, necessitando, antes da formalização do acordo, uma definição sobre essas divergências.

De qualquer forma, a impressão das autoridades da área econômica é de que não haverá problemas para a prorrogação do prazo das negociações. Os governos credores reunidos no Clube de Paris estão acompanhando o esforço do Governo para montar um plano econômico consistente e confiável; sabem do interesse do novo ministro da Fazenda em negociar com os credores privados sob novas bases, sem a pressão política, e consideram que a prorrogação possibilitará a formalização de um acordo razoável.